

DISCURSO RELIGIOSO: UM ESPAÇO SIMBÓLICO ENTRE O CÉU E A TERRA *

Eliana de ALMEIDA

RESUMO *Como se dão os processos de construção dos sentidos de santidade? Como vão se constituindo os sentidos da mística religiosa? Buscamos responder a essas questões do lugar teórico da Análise do Discurso, linha francesa, tomando como material de análise a oração Ave Maria e a obra Um santo para cada dia. Constituímos corpus: 1. as narrativas marianas, incluindo a oração, numa relação com a narrativa de Santa Luzia; 2. a obra, enquanto calendário de comemorações religiosas; e 3. o fato de as narrativas e o calendário circularem no interior de uma instituição, a Igreja. Por sustentar-se na relação entre os planos espiritual e temporal, Orlandi (1987, p.246), o discurso religioso constitui-se num espaço simbólico, no qual são instauradas as instâncias discursivas – territorialidade, temporalidade e arquitetura – cujos sentidos são presididos e administrados pela Igreja. A cruz, o rosário, o artesanato e as aparições – linguagem não-verbal – atestam a relação entre esses planos, textualizando-a para o sujeito-fiel. A Igreja constitui-se, assim, num espaço de interpretação, visto que atribui aos fatos uma relação de causa e consequência. “Os fatos reclamam sentidos”, e a Igreja os dá.*

ABSTRACT *How are the processes of construction of sanctity meanings given? And how are the meanings of the religious mysticism constituted? We try to answer these questions from the theoretical place the Discourse Analysis of the Speech, French line, taking as material of analysis the prayer Holy Mother and the work Um santo para cada dia. We constitute the corpus: 1. the marianas narratives, including the prayer, in relation to the narrative of Saint Luzia; 2. the work, while calendar of religious commemorations; e 3. the fact that the narratives and the calendar circulate inside an institution, the Church. Owing to the fact of being supported by the relation between the spiritual and temporal plans, Orlandi (1987:246), the religious speech consists in a symbolic space, in which the*

* Texto resultante da Dissertação de Mestrado, apresentada ao Curso de Lingüística, do Instituto de Estudos da Linguagem, da UNICAMP, em 19 de junho de 2000, sob a orientação do Prof^a Dr^a Eni Pulcinelli Orlandi.

discursive instances are established - territoriality, temporality and architecture - which meanings are presided over and managed by the Church. The cross, the handicraft, and the appearances - not-verbal language - certify the relation between these plans, textualizing it for the believer. The Church consists, thus, in a space of interpretation, since it attributes to the facts a relation of cause and consequence. "The facts ask for meanings", and the Church gives them.

I – INTRODUÇÃO

Este artigo, uma amostra parcial do trabalho que desenvolvemos no mestrado, toma como objeto de análise o funcionamento do discurso religioso, especificamente, o discurso católico-cristão. O corpus constitui-se da oração *Ave Maria* e de narrativas hagiográficas, dentre elas, a narrativa de Santa Luzia e as narrativas marianas, extraídas da obra *Um santo para cada dia*, de Mario Sgarbossa e Luigi Giovannini, traduzida do italiano para o português por Onofre José Ribeiro, da Editora Paulus.

Ativemo-nos ao estudo da hagiografia¹ e da oração não apenas porque constituem-se em formas pedagógicas de divulgação da religião cristã, mas, fundamentalmente, porque, acrescido a isso, produzem a discursividade e os sentidos do religioso.

Buscando nos afastar de correlações simplistas entre instituição/ discurso², procuramos compreender o funcionamento do discurso religioso católico-cristão do lugar enunciativo da Igreja, na sua relação constitutiva com a história, propondo-nos à desconstrução dos processos de naturalização de sentidos, mostrada na linguagem pela ideologia, como: a produção dos sentidos do religioso e a construção do efeito-santidade, sob os modos de funcionamento da Igreja.

Partindo do que afirma Mariani (1999, p.50), “acredito ser imprescindível percorrer a historicidade constitutiva da formação de uma instituição para melhor compreender sua produção discursiva”, questionamos: Qual o mecanismo eficaz de funcionamento da Igreja, na produção dos sentidos da discursividade católico-cristã? Como vão se constituindo esses sentidos a partir da instituição do calendário, escrituração de narrativas e dos rituais da oração? Ainda, como os sentidos da santidade de Maria e Luzia são produzidos e como organizam as práticas discursivas do catolicismo? Buscaremos compreender a relação dos sentidos em funcionamento nas narrativas de Maria e de Luzia tomando Maria como o modelo de santidade, visto ser a escolhida por Deus, através do anjo, como mãe do salvador, portanto,

¹ Narrativa hagiográfica é aquela cujo protagonista é ‘santo’. CANDOLO-Câmara, Teresa. *Viagens medievais ao paraíso terreal - que os homens, àquela época, ainda encontravam n’alguma ilha*. Campinas, SP. [s.n.], 1996.

² MARIANI, Bethania. Discurso e instituição: A imprensa. In: RUA – Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp – Nudecri – Março – n°. 5 – 1999.

com uma natureza religiosa complexa, e Luzia, por imbuir-se das causas religiosas, trazendo no próprio corpo as marcas do martírio, condição necessária à santidade.

II – O CORPUS E SUA DIMENSÃO DISCURSIVA

Na própria constituição do corpus, estabelecemos relações entre materiais de diferentes naturezas: 1. Narrativas hagiográficas – incluindo a oração *Ave Maria* como tal; 2. Calendário, enquanto lugar de instauração de uma temporalidade discursiva, relativo ao religioso, e; 3. Igreja, enquanto instituição que media a relação entre os planos temporal e espiritual.

A prática da oração cristã produz um efeito de sentido³ pragmático de instantaneidade, estabelecendo certa desmobilização da ordem temporal e espacial. Temporal porque a oração faz-se instauradora de um presente que evoca todos os tempos, pretéritos e futuros numa dimensão de eternidade, e espacial porque, instaurando-se uma temporalidade outra, nesse mundo transcendental, etéreo, instaura-se também um lugar de encontro entre os céus e a terra.

Enquanto instância instauradora desse espaço/tempo simbólico entre o céu e a terra, a oração *Ave Maria* faz-se do discurso relatado das narrativas bíblicas. Um discurso relatado cuja voz do narrador ecoa imbricada à própria fala do sujeito-fiel, funcionando como que um *discurso direto livre*, nos termos de Waldman (1989, p.100)⁴, quando de seus ensaios sobre a obra literária de Dalton Trevisan. Segundo a autora, “A linguagem cristalizada reinstitui, de certo modo, uma mediação equiparável à do narrador, ao mesmo tempo que mantém obscuro o espaço da enunciação. Quem fala, afinal? A resposta a essa pergunta propõe um paradoxo, porque se trata da figura de uma não-figura, o rosto do que carece de rosto, e o resultado, em termos de discurso, é algo como um discurso direto livre, em que as marcas gramaticais são as de uma primeira pessoa, mas outra voz conta através dela”.

Ainda, “a análise recai sobre narrativas estruturadas a partir do discurso direto (1ª. Pessoa), e ressalta o uso da linguagem clichê como um dos responsáveis pela implantação do espaço oco no interior da linguagem. Como seu uso predica a ausência de sujeito, a primeira pessoa que “fala” (discurso direto) na verdade é “falada”, transformando-se o discurso direto numa categoria que classifico como discurso direto livre”. Assim, pensamos que a oração *Ave Maria*, sob forma fixa de linguagem, instala um espaço oco, o qual é ocupado pelo sujeito-fiel, e, ao mesmo tempo, é dada a ela uma discursividade pronta.

³ Concebemos o efeito de sentido como um trabalho de interpretação da relação do sujeito com o simbólico, visto que o sujeito não toca o mundo imediatamente concreto, mas a instância em que o mundo é atravessado pelas formações imaginárias.

⁴ WALDMAN, Berta. *Do vampiro ao cafajeste: Uma leitura da obra de Dalton Trevisan*. 2ª. ed., São Paulo: Editora Hucitec e Editora da Unicamp, 1989.

O ato contrito da oração constitui-se, assim, num grande investimento da ideologia religiosa. Tomado pelo inconsciente, o sujeito é possuído por uma narrativa estruturada de antemão, em que as falas do sujeito-fiel e do Anjo Gabriel/Isabel “vão se interpenetrando, forjando a construção de um espaço híbrido” a partir do que já não se distingue quem é que fala. Pensando esse funcionamento, discursivamente, diríamos que se trata de uma narrativa – a oração – em que o locutor, afetado pelo esquecimento, ao enunciar as palavras do Anjo Gabriel/Isabel, assume a posição sujeito-fiel. Assim é que *rezar* não é um gesto trivial de repetição, mas inscrição discursiva na ideologia católico-cristã e, por outro lado, a mera repetição da oração desinstanciada enunciativamente da contrição não é *rezar*. A discursividade que constitui a posição sujeito-anjo não funciona na oração, embora tivesse sido enunciada pelo anjo, no Evangelho. Dirigida a Maria, a oração do sujeito-fiel não funciona da posição de quem anuncia uma boa-nova ou intermedia uma mensagem do plano espiritual para o plano temporal – posição sujeito do anjo – mas da posição dissimétrica de quem a louva ou pede algum favor. Assim, a oração legitima e nutre os dogmas instituídos sobre Maria, fazendo-os perpetuar, não só pela repetição mnemônica, como também pela instauração de um lugar enunciativo religioso, e mais, pelo efeito de repetição da enunciação primeira, na forma do discurso direto livre. O funcionamento discursivo da oração mostra o trabalho da ideologia nos processos de naturalização dos sentidos do religioso. O sujeito é tomado pela posição sujeito-fiel no discurso da oração.

Ainda como ponto para a caracterização do corpus, tomamos as noções de Mariani (1998, p.106) sobre narrativa/narratividade para uma melhor compreensão dos processos discursivos que constituem nosso corpus. Assim, entendemos que a narratividade constitui-se dos processos narrativos historicamente enredados e narrar é um modo de textualizar a história, instituindo sentidos pelos mecanismos de poder. Desse modo, a Bíblia se inscreve como o discurso fundador da narrativa, não apenas no âmbito restrito da organização pragmática e textual dos enunciados, mas também como a narrativa que projeta simbolicamente a organização textual – coerência – dos sentidos históricos do mundo ocidental, tecidos sob a tensão de injunções políticas do dizer, resultando no fio significante do discurso religioso cristão.

Segundo o costume, após os rituais de tortura, os restos mortais dos mártires eram selados em recipientes próprios e enterrados nas catacumbas e/ou lugares secretos pelos primeiros cristãos, acreditando-se que, nesses lugares, céus e terra se encontravam e se misturavam de um modo novo. Esses gestos são retomados nas narrativas, fazendo reverberar sentidos e perpetuar na tradição cristã o costume de se construir templos sobre sepulturas, tanto para o abrigo das relíquias sagradas, quanto para assegurar a continuidade das práticas devocionais de peregrinação e de adoração.

... seis anos após sua morte, no mesmo local onde se dera o martírio, construíram um templo em sua honra. (Hagiografia de Santa Luzia extraída da Vida de Santa Luzia do Pe. G. Roatta S. S. P.)

Vemos, assim, a extensão da palavra para a prática discursiva no próprio gesto de construção do templo sobre a sepultura. Abre-se uma discursividade a partir daí: um gesto fundador, visto que os túmulos sobre os quais foram erigidos os templos cristãos se consagram e se perpetuam como um espaço discursivo da cenografia primeira – o martírio de Estevão⁵ – em que se desfazem as fronteiras dos planos *temporal/espiritual*. Instala-se a *mise-em-scène* que, posteriormente, orientará as práticas devocionais e litúrgicas do mundo cristão, como, o gesto de congregar os fiéis no templo, sob a égide do sagrado.

O calendário, do ponto de vista discursivo, é uma matéria simbólica específica⁶, dentre outras formas de determinações, que produz os seus sentidos. Sob formas organizadoras homogeneizantes, que visam à socialização do tempo e sua unidade universal, o calendário caracteriza-se por estancar outros gestos possíveis de interpretação do tempo. E desse modo, não apenas como o instrumento organizador e orientador do tempo, o calendário vem se afirmando, ao longo dos séculos, como um gesto de interpretação estruturante do sujeito e como lugar de constituição de suas relações sociais.

Segundo afirma Benveniste, as denominações temporais – dia, semana, mês, ano – estão destituídas de qualquer relação direta com o tempo físico. Para o autor, o calendário, vazio de toda temporalidade, quantifica intervalos fixos que se fecham na circularidade de seu sistema interno, e assim, ordena e administra o tempo. Tomando essas definições, acrescentaríamos, do ponto de vista discursivo, que o calendário é tanto um gesto de interpretação, como se pretende, enquanto descrição, como também enquanto projeção do tempo, e, como todo gesto de interpretação, está determinado pelos processos históricos. Os calendários hoje coexistentes significam diferentemente o tempo: o calendário cristão, predominante no mundo ocidental, organiza-se de um outro modo do calendário judaico, por exemplo. Assim, pensar o calendário, enquanto objeto simbólico que produz sentidos, significa pensar os seus processos históricos de produção, visto que mantém relação com essa exterioridade.

Funcionando autoritariamente, o referente do calendário – o tempo – não está exposto a outros gestos de interpretações, reduzindo-se ao *é-porque-é*. Apagando-se os modos pelos quais nos submetemos e nos inscrevemos ao tempo do calendário e ocultando-se os seus processos de produção, os sentidos do calendário são naturalizados e isso é ideológico. No Ocidente, estamos submetidos ao calendário romano, que delimita o tempo a partir do nascimento de Cristo – a.C. e d.C. – e vemos nele as impressões ideológicas do cristianismo e do poder romano.

⁵ Considerado o primeiro mártir do cristianismo.

⁶ ORLANDI, Eni. P. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. In: RUA, 1, pp.35-47, Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp – Nudecri – Março, 1995.

Há uma sobredeterminação de sentidos do calendário romano em relação aos calendários institucionais. Ainda que sejam possíveis certos desdobramentos suscetíveis às especificidades das diferentes instituições, todos devem estar ajustados ao sistema interno do calendário romano, preservando seus intervalos prescritos. Desse modo, pelo calendário, as instituições fazem a ordenação de um tempo manipulável.

Ocupamo-nos, em nossa reflexão, do discurso do calendário religioso sob a interpretação da Igreja. O calendário de celebração religiosa se define pelo estabelecimento de dias para os rituais e práticas discursivas da devoção, “mais tarde, no aniversário da morte/ressurreição do mártir, amigos e parentes se congregavam em torno dos despojos para uma celebração litúrgica”⁷. Em 250, sob a perseguição imposta pelo imperador Décio contra os cristãos, o bispo Cipriano de Cartago convidou o clero a marcar os dias nos quais algum encarcerado morria pela fé nas prisões, para que sua memória fosse lembrada como a dos mártires. Daí surgiram os primeiros calendários litúrgicos⁸. A princípio, esses calendários eram regionalizados, a depender dos santos de cada lugar. Somente em 1563, em sessão no Concílio de Trento, atribuiu-se ao papa a autoridade de reformar o calendário litúrgico, que preferiu homogeneizá-lo, ao invés de considerar as diferenças regionais dos santos. Mas foi com o *Breviário romano* (1568) e com o *Missal romano* (1570) que um calendário geral foi publicado pela primeira vez.

É desta maneira que tanto o calendário como as narrativas sobre os santos e as orações constituem o modo próprio de funcionamento da Igreja, a partir do qual se cria a *desejada* unidade institucional, em que o sentido da “santidade” arregimenta unidade e sentimento compartilhado de “devoção”.

A religião é para nós o espaço institucional de uma discursividade, que pode ser estendida à expressão de várias práticas e “Deus é o lugar da onipotência do silêncio”⁹, porém a Igreja, como uma dessas práticas, faz significar o silêncio divino. É a Igreja que faz confluir os céus sobre a terra, o espiritual sobre o temporal na voz de seus agentes, a hierarquia clerical e, por um outro lado, é a discursividade religiosa que a edifica.

A Igreja, instituição, é definida por um estatuto doutrinário, que promove a unidade de crença e, a reboque, a unidade dos sujeitos, os quais lhes subordinam. Para Foucault, “a doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe os outros; mas ela se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros. (...) A doutrina, ao contrário, tende a difundir-se; e é pela partilha de um só e mesmo

⁷ WOODWARD, Kenneth L. *A fábrica de Santos*. Trad.: Raul de Sá Barbosa. São Paulo, Editora Siciliano, 1992.

⁸ BEINERT, Wolfgang. *O culto aos santos hoje*. São Paulo, Edições Paulinas, 1990.

⁹ ORLANDI, Eni P. (Org.) *Palavra, fé e poder*. Campinas, SP, Pontes, 1987.

conjunto de discursos que indivíduos, tão numerosos quanto se queira imaginar, definem sua pertença recíproca”.¹⁰

No século XVI, o Cardeal Roberto Belarmino assim definiu a Igreja Católica: “a única e verdadeira Igreja é a comunidade de homens reunidos pela profissão da mesma fé e pela comunhão dos mesmos sacramentos, sob o governo dos legítimos pastores e especialmente do vigário de Cristo na terra, o Romano Pontífice”.¹¹ Na própria definição de Belarmino vemos colocados os sentidos da unidade da Igreja, pelo funcionamento discursivo das paráfrases. Nas seqüências discursivas: *Igreja – comunidade de homens – reunidos – mesma fé – mesmos sacramentos*; e ainda: *legítimos pastores – vigário de Cristo – Romano Pontífice*; vemos a mobilização da circularidade institucional, significando a unidade universal *almejada* pela religião. Mesmo que sob a produção de um discurso expansionista, de estrutura ramificada, o discurso religioso se mostra fechado em si mesmo, pelo efeito de repetição e pelo uso de paráfrases.

É também a Igreja, através do corpo eclesiástico, que institui os procedimentos jurídico-institucionais de beatificação e canonização dos santos – como no caso de Luzia – assim como reconhece oficialmente, através do dogma, a santidade de um sujeito-fiel – como no caso de Maria – com o dogma da Imaculada Conceição. O estatuto de santo, conferido a um sujeito-fiel, firmou-se no século II, d.C., entre os primeiros cristãos, através do costume de venerarem espontaneamente os corpos dos mártires em suas tumbas. Desde aí, vê-se conjugada a relação túmulo/altar.

III – A RELAÇÃO CAUSA/CONSEQÜÊNCIA NO SIMBÓLICO

Tomar as narrativas sobre os santos, o calendário religioso, a Igreja, em sua dimensão discursiva implica buscar compreender os processos discursivos que constituem e sustentam as práticas devocionais do sujeito-fiel em relação à veneração dos santos.

Paul Henry afirma: “(...) não há fato ou acontecimento histórico que não faça sentido, que não espere interpretação, que não peça que lhe encontrem causas e conseqüências. É isto que constitui, para nós, a história; esse fazer sentido, mesmo que se possa divergir desse sentido em cada caso”.¹² São os sentidos de causa e conseqüência, conferidos pela Igreja, entre os domínios dos planos *temporal/espíritual* que produzem e sustentam as práticas místicas da religiosidade. Desse modo o efêmero ganha as proporções do eterno; o concreto se transubstancializa no místico; os pequenos episódios, às vezes banais, se eternizam

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *L'ordre du discours. Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970.*

¹¹ Este texto foi adquirido via Internet. <http://www.redemptor.com.br/~canônico/mc/doutrina.ntm>

¹² Henry, Paul. *Sens. Sujet, Origine*, xerox, 1985.

nas manifestações culturais de um povo. O plano espiritual (des)historiciza os sentidos do religioso instaurando fé.

A fé determina os sentidos que caracterizam a mística religiosa e, ao mesmo tempo, é o fio que sustenta a possibilidade das múltiplas interpretações. Ainda, é o lugar específico da interpretação religiosa. Porém, há que se considerar que a fé se concretiza nas manifestações dos ritos, nas romarias, nas penitências, nos cultos de devoção, etc., e são essas práticas religiosas que sustentam, pelas mesmas vias da fé, a mística religiosa, produzindo o efeito da salvação. Diríamos, então, que a religião se configura no lugar em que a fé reclama sentidos, colocando o sujeito fiel em contato *direto* com o plano espiritual. A fé institui a dimensão discursiva para o sujeito-fiel, trazendo à existência um espaço e um tempo estruturados no/pelo simbólico.

Na mística religiosa, a fé é significada como causa, porque faz desencadear, no simbólico, uma série de ritos e práticas devocionais, significada como consequência. Como vemos, o funcionamento discursivo das narrativas fecunda, através da fé, a interpretação de acontecimentos históricos que, ao mesmo tempo, desencadeia práticas discursivas que se abrem para significar uma causa ou uma consequência. Os sentidos que significam essas *causas/consequências* na mística religiosa se historicizam através das práticas discursivas de devoção e dos ritos, sustentadas pelo móvel da fé.

Na narrativa de Nossa Senhora do Carmo, a nuvenzinha avistada pelo profeta Elias aparece significada como a causa da nomeação de Maria – consequência – como Nossa Senhora do Carmo. Essa nomeação – Nossa Senhora do Carmo – significa, nas práticas simbólicas do catolicismo, consequências históricas que poderão, certamente, desencadear e significar causas de outras práticas discursivas relacionadas à Maria. Esse é o funcionamento discursivo do simbólico.

Tomamos aqui a noção de *práticas discursivas* como é definida por Maingueneau¹³, ou seja, atividades – práticas sociais e simbólicas – de um *grupo específico sociologicamente caracterizável* que se identifica pela sua inscrição numa dada formação discursiva. Segundo Maingueneau (1984), qualquer prática discursiva possui duas faces: uma social e outra linguageira, pois que a relação que se mantém entre os grupos sociais e formações discursivas é de constituição. Sendo assim, os grupos sociais só se constituem por/na enunciação e na organização de textos, de modo que esses textos necessariamente se inscrevem nos grupos sociais, para que façam sentido. Ainda segundo Maingueneau, a prática discursiva designa a reversibilidade entre o social (ideológico) e o textual (simbólico).

Essa elaboração de Maingueneau sobre *práticas discursivas* nos permite compreender a relação *causal/consequência* em duas direções: 1. social/ histórica,

¹³ MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Trad. Freda Indursky. 2ª. ed., Campinas, SP, Pontes: Unicamp, 1993.

pelo afetamento da memória discursiva, e; 2. simbólica/textual, modo pelo qual os grupos sociais se inscrevem na história.

A relação *causa/conseqüência* significada pela Igreja nas narrativas/oração trabalha na produção dos sentidos do religioso e, portanto, na construção do *efeito-santidade*, pela determinação ideológica. “É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” (...) evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados”.¹⁴

Não nos alinhamos à hipótese da neutralidade na linguagem. As narrativas contam a história dos prodígios dos santos sob o efeito da coerência textual, *começo-meio-fim*, e esse é o modo pelo qual a narrativa inscreve os sentidos na história, pela relação *causa/conseqüência* que se materializa no texto. Assim, institui-se um princípio para a escritura do gênero narrativo que significa, sempre que se conta, os sentidos ideológicos do pensamento católico cristão. A Bíblia é, por excelência, inscrita no gênero narrativo e é, como já vimos, o Livro Sagrado, a narrativa primeira que faz instaurar os sentidos dos *acontecimentos históricos* antes dela não sabidos. A narrativa bíblica produz o efeito de trazer os fatos à existência. Tomando-se as narrativas do Livro Sagrado, crê-se nada haver existido antes. Essas narrativas criam o mundo e inauguram os sentidos como formas de sua existência, organizando o caos.

*No princípio criou Deus os céus e a terra. A terra, porém, era sem forma e vazia;(...)*¹⁵

O lugar da narrativa enquanto forma de significar o discurso religioso é privilegiado pela Igreja. Narrando e contando histórias, catequiza-se, doutrina-se, cristianiza-se, domestica-se. Desse modo, contar através de narrativas é uma forma eficaz de fazer significar os sentidos do religioso.

Distanciando-nos da posição do historiador, que compreende a relação *causa/conseqüência* numa instância empírica, direta e enquanto conteúdo da História, consideramo-na como estruturante do tecido das narrativas, visto que historiciza os sentidos, dando-lhes as formas textuais. Entendemos essa relação de *causa/conseqüência* imbricada e estruturada no simbólico, significando o efeito de causa e efeito dos fatos e dos episódios. Ou seja, está na língua.

Segundo Maingueneau, as narrativas sobre os santos se propõem à edificação e fortalecimento da fé do sujeito fiel. É, por estar no simbólico e um simbólico que afeta o sujeito, a relação *causa/conseqüência* se lhe constitui condição inescapável. Como poderia o fiel devotar a fé a um santo de quem se desconhecem os prodígios?

¹⁴ PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Orlandi. et al. Campinas, Editora da Unicamp, 1988.

¹⁵ Gên. 1:1 e 2 – (grifos nossos).

Ainda, por que as narrativas, lugar privilegiado dos modos de funcionamento da Igreja, contariam os prodígios de pessoa qualquer, que não quisesse significá-lo como santo ou como modelo para o sujeito fiel? É desse modo que a fé, mola propulsora da mística religiosa, é acionada pela relação *causa/conseqüência* constitutiva da narrativa, significando o efeito-santidade como um lugar de contato com o plano espiritual, *trazendo para o sujeito fiel os livramentos e a salvação almejada*.

Vejamos como a relação *causa/conseqüência*, constitutiva das narrativas sobre os santos, aí está significada, produzindo, pelo efeito de coerência e progressão, os sentidos do religioso e do efeito-santidade:

- *Causa*: E lançando neste porto João Alves a sua rede de arrasto, tirou o corpo da Senhora, sem cabeça; e lançando mais abaixo outra vez a rede, tirou a cabeça da mesma Senhora. (12 de outubro - Nossa Senhora Aparecida)

Conseqüência: A devoção do povo brasileiro a Nossa Senhora, a peregrinação da Padroeira por toda a Pátria, a abertura de vias rápidas de condução e uma equipe especializada de sacerdotes e de irmãos coadjutores puseram Aparecida entre os maiores centros de peregrinação do mundo. (12 de outubro - Nossa Senhora Aparecida)

- *Causa*: No dia 5 de maio de 1917, durante a primeira guerra mundial, o papa Bento XV convidou os católicos do mundo inteiro para se unirem em uma cruzada de orações para obter a paz com a intercessão de Nossa Senhora. (13 de maio - Nossa Senhora de Fátima)

Conseqüência: Oito dias depois a Beatíssima Virgem dava aos homens a sua resposta, aparecendo a 13 de maio a três pastorinhos portugueses, Lúcia de 10 anos, Francisco de 9 e Jacinta de 7.(...) A 13 de maio de 1967, pelo 50º aniversário das aparições de Nossa Senhora, o papa Paulo VI chegou a Fátima, onde o aguardava, juntamente com um milhão de peregrinos, que haviam passado a noite ao relento, Lúcia, a vidente Lúcia. (13 de maio - Nossa Senhora de Fátima)

- *Causa*: Nos conventos medievais os irmãos leigos, dispensados da recitação do Saltério, pela pouca familiaridade com o latim, completavam as suas práticas de piedade com a recitação dos Pai-nossos, e para a contagem, são Beda, o Venerável, havia sugerido a adoção de vários grãos enfiados num barbante. (7 de outubro - Nossa Senhora do Rosário)

Conseqüência: (...) a própria Nossa Senhora, aparecendo a São Domingos, indicou-lhe a recitação do Rosário como arma eficaz para debelar os hereges albigenses. (7 de outubro - Nossa Senhora do Rosário)

Esses sentidos de *causa/conseqüência* impostos pelo efeito de coerência e de progressão no texto narrativo estabelecem-se no imbricamento constitutivo com a exterioridade e com a memória discursiva. Os episódios narrados já são interpretações de acontecimentos históricos *encontradas* pela Igreja, visto que, enquanto mecanismo de poder, significam gestos considerados banais, atribuindo-lhes os sentidos do religioso, que acabam por orientar as práticas devocionais do sujeito fiel.

Como vimos acima, o corpo e a cabeça de um artesanato pescados no rio podem significar o sentido da vida de um povo. Falamos especificamente da narrativa de Nossa Senhora Aparecida, designada como Padroeira do Brasil. É nesse sentido que a relação *causa/conseqüência*, que sustenta o efeito de coerência textual e progressão de acontecimentos, constitui-se na história. O artesanato deixa de ser

mero artesanato e passa a ser a *imagem de Nossa Senhora*, sob a designação de Nossa Senhora Aparecida.

Os pescadores a pescaram; após isso houve profusão de peixes – o milagre; o povo venerou a *imagem*; a Igreja e o Estado a consagraram como a padroeira da nação brasileira; Aparecida do Norte tornou-se a capital religiosa do Brasil. De certo modo, o amor e a devoção do povo brasileiro a Nossa Senhora Aparecida colocam o Brasil ao lado dos países de maior religiosidade do mundo. Tal consagração e instituição dessas práticas discursivas, advindas desses acontecimentos primeiros, produzem outras novas práticas discursivas.

Os sentidos de *causa/conseqüência* na narrativa de Nossa Senhora de Fátima foram produzidos pela Igreja quando, sob a contingência da Primeira Guerra Mundial, o Papa Bento XV convoca os católicos do mundo inteiro para se devotarem à Maria, em oração. Após 8 dias, a Virgem aparece aos homens, conta a narrativa, trazendo-lhes uma mensagem orientadora e confortante:

“Rezem o terço todos os dias; rezem muito e façam sacrifícios pelos pobres pecadores; são muitos os que vão para o inferno, por não haver quem se preocupe em rezar e fazer sacrifícios por ele... A guerra logo vai acabar, mas se não pararem de ofender ao Senhor, não passará muito tempo para vir outra pior. Abandonem o pecado de suas próprias vidas e procurem eliminá-lo da vida dos outros, colaborando com a redenção do Salvador”. (13 de maio – Nossa Senhora de Fátima)

Vemos o funcionamento discursivo da relação *causa/conseqüência* como que numa cadeia progressiva, podendo ser representada do seguinte modo: Guerra > Convocação papal > Aparição da Virgem > Devoção e consagração do santuário de Fátima. Essa gradação da relação *causa/conseqüência* constitutiva da narrativa, ancorada na fé, produz o efeito de realidade dos fatos empíricos: curas, milagres, etc. Tem-se aí, instaurada no simbólico, a ilusão de um *alhores realizado*, nos termos de Pêcheux.

Desse mesmo modo vemos funcionar na narrativa de Nossa Senhora do Rosário uma relação de *causa/conseqüência*, que faz redundar em práticas discursivas consagradas e legitimadas pela Igreja: o uso do rosário ou do terço como objetos sacralizados à prática da oração. A prática de se contar orações, na Idade Média, utilizando-se de grãos enfiados em barbante, deu origem à designação de Maria como Nossa Senhora do Rosário. Numa dessas sessões de oração, Maria aparece a São Domingos, firmando a recitação do Rosário como arma eficaz contra os hereges. Aquilo que se constituía meio, tornou-se fim. Essa é a causa que sacraliza o rosário e o terço como símbolos da mística religiosa.

Esses sentidos de *causa/conseqüência* dados pela Igreja organizam e instituem as mais diferentes práticas discursivo-religiosas, presentificando um ausente, dando corpo e materialidade ao espiritual – *inexistente presente* – e produzindo o efeito de realidade à discursivização da mística religiosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENVENISTE, Émile. (1989). A linguagem e a experiência humana. In: *Problemas de Linguística Geral II*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes.
- Constituição Dogmática Dei Verbum sobre a Revelação Divina. In: *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)* / [organização geral, Lourenço Costa; Tradução Tipografia Poliglota Vaticana] - São Paulo: Paulus, 1997. - (Documentos da Igreja).
- DIAS, Romualdo. (1996). *Imagens de ordem: A doutrina católica sobre autoridade no Brasil, 1922-1933*. São Paulo: Editora Unesp.
- FOUCAULT, Michel. *L'ordre du discours. Leçon inaugural au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970*.
- GUIMARÃES, Eduardo. (1987). Credo ou creio. In: ORLANDI, E. (org.). *Palavra, Fé e Poder*. Campinas, SP: Pontes.
- HAROCHE, Claudine. (1992). Trad. Eni Orlandi. *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Ed. Hucitec.
- HENRY, Paul. (1985). *Sens, Sujet, Origine*, xerox.
- MAINGUENEAU, Dominique. (1993). *Novas tendências em Análise do Discurso*. Trad. Freda Indursky. 2ª. ed., Campinas, SP: Pontes, Unicamp.
- MARIANI, Bethânia. (1999). Discurso e Instituição: a Imprensa. In: *RUA*, 5, pp.47-61. Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp – Nudecri – Março.
- _____. (1998). *O PCB e a Imprensa: Os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro, Revan. Campinas, SP: Unicamp.
- ORLANDI, Eni P. (1987). (org.) *Palavra, fé e poder*. Campinas, SP: Pontes.
- _____. (1987). *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, SP: Pontes.
- _____. (1999). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes.
- _____. (1987). Ilusões na(da) Linguagem. In: TRONCA, Í.A. (org.) *Foucault Vivo*. Ítalo A. Tronca, (org.). Campinas, SP: Pontes.
- PÊCHEUX, Michel. (1990). Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cad. Est. Ling.* (19), pp.7-24.
- _____. (1990). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes.
- _____. (1988). *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Orlandi. et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1988 .
- WALDMAN, Berta. (1989). *Do vampiro ao cafajeste: Uma leitura da Obra de Dalton Trevisan*. 2ª. ed. São Paulo: Editora Hucitec, Editora da Unicamp.
- WOODWARD, Kenneth L. (1992). *A fábrica de Santos*. Trad. Raul de Sá Barbosa. São Paulo: Editora Siciliano.